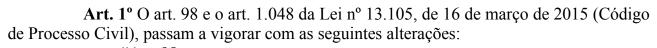
29/05/2025 16:50:50.750 - M

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para conceder gratuidade da justiça e prioridade de tramitação aos processos nos quais uma das partes seja mulher vítima de violência.

## O Congresso Nacional decreta:



"Art. 98.

- § 9º Nos processos que envolvam violência contra a mulher, tendo ou não resultado morte, dentro ou fora do ambiente familiar ou doméstico, será concedida, de imediato e sem a necessidade de requerimento ou deferimento judicial, gratuidade da justiça em todas as instâncias e graus de jurisdição, inclusive nos tribunais superiores, salvo em caso de má-fé.
- § 10. A gratuidade de que trata o § 9º deste artigo aplica-se apenas à vítima e, em caso de morte, a cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, quando a esses couber o direito de representação, de oferecer queixa ou de prosseguir com a ação." (NR)

"Art. 1.048.

- § 5º Na hipótese do inciso III do **caput** deste artigo, a prioridade de tramitação será concedida de imediato e sem a necessidade de requerimento ou deferimento judicial, em todas as instâncias e graus de jurisdição, inclusive nos tribunais superiores.
- § 6º A prioridade de tramitação de que trata o § 5º deste artigo aplicase apenas à vítima e, em caso de morte, a cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, quando a esses couber o direito de representação, de oferecer queixa ou de prosseguir com a ação." (NR)
- Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre Presidente do Senado Federal

